

Paisagem “calcolítica” do alto Douro: o caso dos sítios de altura estudados no concelho de Vila Nova de Foz Côa, com particular incidência no Castanheiro do Vento (Horta do Douro)

Vítor Oliveira Jorge
João Muralha Cardoso
Ana Margarida Vale
Sérgio Alexandre Gomes
Bárbara Carvalho*

RESUMO: Os autores (e outros elementos da Universidade do Porto) têm vindo a estudar ininterruptamente desde 1989 a zona alto-duriense com especial destaque os sítios de Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento (datados do que convencionalmente se designa de “Calcolítico”), dois complexos monumentais de altura ou “colinas monumentalizadas”. Estes sítios, nos quais se concentrou uma enorme atividade humana ao longo de um tempo, refletem, de algum modo, a cosmovisão das populações que os fizeram e transformaram: possivelmente um princípio presente em toda a arquitetura, a fabricação de espaços “ordenados” em que se plasma uma visão (mais ou menos idealizada) do mundo. Nesse sentido, o estudo espacial destes lugares - adentro dos seus limites, mas também como elementos ou nós de percursos, e como pontos de observação para as paisagens envolventes, ou, alternativamente, como focos de atenção a partir de vários “pontos de paragem” a partir destas para eles – é de alto interesse e mesmo urgente do ponto de vista patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Alto Douro, Calcolítico, Paisagem, Castanheiro do Vento.

ABSTRACT: The authors (along with other researchers from the University of Porto) have since 1989 studied the area of Alto Douro focusing especially on two archaeological sites, Castelo Velho de Freixo de Numão and Castanheiro do Vento (dated from the Chalcolithic), two monumental complexes located in high places or monumental hills. These sites reflect, in a certain way, the worldview of the communities who made and transformed them. Certainly, this approach is present in all architectonic apparatus: the making of organised spaces where a (more or less idealized) vision of the world is shaped. In this way, the study of

* Investigadores CEAUCP

space in these sites - the space that their own architecture encloses, and as elements or knots in different pathways, as observational points in the landscape or as “spotlighted areas” from other places in the surrounding landscape – appears urgent in the field of heritage studies.

KEYWORDS: Alto Douro, Chalcolithic, Landscape, Castanheiro do Vento

As limitações do conceito de “paisagem” são conhecidas; ocidental e moderno, e ligado à primazia da visão distanciada, em relação com a pintura, com a perspectiva (capaz de sugerir a tridimensionalidade a duas dimensões) e com a tomada de posse do mundo pela burguesia. O conceito de “paisagem” é adoptado no nosso trabalho como uma convenção, aliás inscrita no tema principal deste Encontro. Obviamente, esse conceito não deveria fazer qualquer sentido para um habitante de há 5000 anos, como certamente ainda não fará para muitos dos que trabalham a terra e para quem esta não é uma paisagem (um elemento externo de contemplação) mas um conjunto complexo de superfícies, vivências, memórias, ou seja, um espaço vivido, trabalhado, não como cenário, mas como extensão do (ou mesmo em con-fusão com o) corpo próprio (e.g. JORGE, V., 2006; VELHO, 2009, CARDOSO, 2010 & INGOLD, 2011).

Assim, “paisagem calcolítica” (do III e parte do II milénios a.C.) é uma construção contemporânea, um modelo ideal que intenta, a partir de algumas ocorrências, perceber figurativamente, pela imaginação, como apareceria o território (neste caso alto-duriense) a um de nós, hoje, se tivéssemos a possibilidade de o “ver” nesse passado “ideal”. Assim, na medida em que tal imagem ou modelo é uma construção, esse passado está em permanente transformação; ou seja, de acordo com a dinâmica da pesquisa ele pertence, de facto, ao futuro. É o que podíamos inscrever sob a categoria de “futuro anterior”. Somos nós, agora, que o imaginamos “pela primeira vez”, que o tentamos “ver”, mais prospectivamente (pela constante pesquisa) do que retrospectivamente (porque não temos a inocência de imaginar chegar a uma espécie de “fotografia” mais ou menos fixa, obviamente enganadora). Na verdade, se uma paisagem se caracteriza pelo dinamismo, as “paisagens” calcolíticas que hoje podemos construir terão de ser dinâmicas em múltiplos sentidos, até porque se referem a uma temporalidade ampla, e porque pressupõem transformações de que a arqueologia se habituou a suspeitar (e a comprovar, quando possível) para além da aparente imobilidade das ocorrências “materiais” no território.

O nosso trabalho (para imaginar as paisagens de há 5000 anos, por exemplo) caracteriza-se, antes de tudo, por uma ablação de traços modernos do que nos é dado a ver, de um ponto qualquer de observação: temos de eliminar estradas, localidades,

equipamentos e marcas tecnológicas de todos os tipos, que enxameiam a vista (JORGE, V., 2006). Mas obviamente não só os resultantes diretos da atividade humana; também os indiretos, como a morfologia do terreno, a vegetação, e tantos outros. Aquilo com que podemos “vestir” uma paisagem assim “despida” é por vezes muito escasso; recorre obviamente a uma multiplicidade de disciplinas. E é muito importante não pretender generalizar elementos informativos pontuais a todo um território, que podia ser (deve ter sido) muito diversificado ao longo dos eixos temporal e espacial.

As prospecções realizadas na região do concelho de Vila Nova de Foz Côa e em concelhos limítrofes, sobretudo por dois de nós (JMC, BC), permitem perceber que as “obras humanas” deste período (chamemos-lhes assim para evitar as caracterizações funcionalistas, como povoados ou lugares de vida quotidiana, santuários ou lugares de culto, necrópoles, etc.) implantadas no território eram muito diversificadas, em dimensão, implantação, morfologia (e.g. CARDOSO, 2010).

As escavações principais limitaram-se a duas delas, Castanheiro do Vento (JORGE et al., 2002) e Castelo Velho de Freixo de Numão (JORGE, S., 2005) que presumivelmente (o nosso trabalho consiste precisamente em “presumir”, isto é, visa sobretudo uma verosimilhança interpretativa, sempre mutável) seriam, não a regra, mas a exceção: sítios de altura, ou colinas monumentalizadas, onde, num espaço limitado (numa colina, e talvez sobretudo no seu topo e alguns flancos) parece ter-se concentrado uma atividade particularmente intensa ao longo do tempo. Chamarmos-lhes monumentos é também, evidentemente, uma convenção. Para nós adquirem aspecto monumental por aproveitarem uma posição cimeira e se adaptarem a local especial, certamente visível a distância (JORGE, V., 2003). Essa visibilidade e portanto o carácter (mais ou menos) impositivo dessa arquitetura variava muito de acordo com a posição de cada observador. Aqui por arquitetura também entendemos um conceito moderno, assumindo o convencionalismo do nosso olhar. Conjugando escolha de lugares específicos e suas morfologias com o seu afeiçoamento/transformação, as comunidades – presumimos – negociariam pela própria ação não apenas modelos de organização do espaço, mas sobretudo executariam uma política, isto é, uma distribuição de papéis e de estatutos: quem (ou que grupo) tomava iniciativas, quem decidia, quem levava a sua a melhor, quem fazia isto ou aquilo, enfim, como se agenciavam as múltiplas estratégias de poder e de saber fazer que é justo presumir fazerem parte de qualquer colectividade humana. Mais importante do que dispositivos “feitos”, para depois “serem utilizados”, estes eram “dispositivos em negociação”, não elementos passivos, mas agentes de transformação.

Por outro lado, para perceber se estamos aqui perante uma tendência mais ampla, e portanto afetando uma dinâmica que não seria puramente local – rede de sítios até

certo ponto inter-visíveis numa determinada região - tem-se discutido muito qual a relação que haveria entre estas colinas monumentalizadas do Alto Douro e outras que encontramos na mesma época genérica noutros pontos da Península, sobretudo na sua área meridional (JORGE, V., 2005).

A questão, cruamente, põe-se assim: existe ou não, nos sítios “calcolíticos” de altura do III-II milénios a.C. da Península Ibérica, alguma unidade morfológica? Se respondêssemos pela afirmativa - apesar da óbvia diversidade dos sítios, do carácter muito embrionário de certos estudos sobre eles, e também das inúmeras destruições de que foram alvo, nomeadamente por escavações mal conduzidas/insuficientemente publicadas, dificultando comparações - isso teria consequências inevitáveis sobre o modo como encaramos cada um destes sítios murados de altura da região de Foz Côa.

Muitos desses locais ibéricos tendem a localizar-se em colinas de topo mais ou menos aplanado, têm embasamentos (ou mesmo partes de parede) pétreos, mas o volume principal da sua arquitetura deveria ser em terra, apresentam uma tendência para conterem recintos e outras estruturas de tipo circular ou para-circular, e muitas vezes os muretes (embasamentos) delimitantes de tais recintos não são simples, mas incluem protuberâncias semicirculares (“bastiões”) para o exterior, as quais criam assim, no seu interior, espaços (vãos) que, sempre que foram devidamente estudados, continham por sua vez estruturas.

Os embasamentos pétreos são por vezes de largura tal que permitiriam o assentamento de massas (muros, provavelmente) de considerável altura e peso. Quer dizer que o que nos aparece hoje como uma ruína pouco espessa, pouco elevada, permitindo em regra observar a paisagem em redor, não seria assim quando essas estruturas estavam “vivas”, quer dizer, no chamado Calcolítico. Estaríamos talvez perante uma espécie de labirintos, dentro dos quais a circulação poderia ser mais ou menos fácil ou difícil de zona para zona, e a visão - para o ambiente exterior a cada espaço e à colina no seu conjunto - muito condicionada.

Quer dizer, apesar da escala relativamente grande destes sítios, e da sua proeminência, eles poderiam ter servido como dispositivos espaciais complexos, isto é, albergando uma grande diversidade de subespaços, digamos, cada um dos quais poderia estar conotado em cada momento com significações particulares. Essas eventuais significações poderiam estar em articulação com as propriedades visuais de cada sítio ou ponto de observação, com o tipo de estruturas e de deposições feitas nelas, e, evidentemente, com toda uma série de gestos e de narrativas articulando espaço e tempo e integrando as ações presentes e a memória de ações passadas, etc.

Quer dizer, e na sequência do já sugerido acima, as ruínas destes locais não são os restos ou vestígios de atividades quotidianas, domésticas, ou rituais (tudo conceitos e

dicotomias que não podem ser usados como universais). A sua própria concepção, reformulação, fabricação, manutenção e alteração – tanto nos elementos macro, que conotamos hoje com o ato arquitectónico – como no plano micro (deposições obviamente intencionais de objetos ou pedaços de objetos de toda a espécie (e.g. JORGE, S., 2005 & VALE, 2012) constituiriam, se não a razão principal de ser destes dispositivos, pelo menos um dos seus aspetos nucleares.

Por outras palavras, não estamos perante traços mais ou menos ocasionais daquilo a que os arqueólogos se comprazem em designar “ocupações”, nem tão-pouco de arquiteturas num sentido moderno, “mentalista” do termo (implicando dois momentos principais e diferenciados, concepção ou desenho, e depois construção), mas antes, parece, de grandes dispositivos comunitários. Que todavia podemos designar arquiteturas desde que assumamos que os temos de observar, sempre, a partir do presente e distanciando-nos, tanto quanto possível, das intuições interpretativas para que o senso comum continuamente nos arrasta. Compreender é uma luta contra o senso comum aceite, é sempre a procura de um sentido que poderá vir a tornar-se comum, se apresentarmos para ele bases/observações/raciocínios convincentes.

Em arquitetura normalmente distingue-se o aspecto funcional (para que serve, ou para que foi encomendado ao arquiteto um edifício) do semiológico, ou seja, o que realmente “transmite” como mensagem estética, como volume significativo na paisagem, uma determinada volumetria construída. Ora, aqui, não tem sentido essa dicotomia ocidental e moderna.

Admitimos geralmente que as comunidades de então eram sedentárias, de agricultores e criadores de gado, atividades que conjugavam com numerosas práticas extrativas diretas, como a caça, pesca, recolção. Porém, o conceito de sedentarização induz uma certa imobilidade e fixação a um solo, e, no senso comum, uma certa experiência (apego a) do lugar, que conduziria a uma territorialização, ou seja, a uma tendência para as comunidades sentirem como seu um espaço identitário, e portanto investindo numa determinada “paisagem” de forma mais continuada. Às vezes imaginamos esse “investimento” (o anacronismo da palavra é óbvio) como tendo levado à construção de paisagens (outro anacronismo...) capazes de servirem de moldura a uma colectividade que assim reforçava, pelo conhecimento do território, pela memória, pela afectividade, certo sentido de pertença a um território.

A sinalização desse sentido de pertença far-se-ia - dizem os (pelo menos alguns) arqueólogos - pelas necrópoles megalíticas neolíticas, esparsas, ainda pouco estruturadas em termos espaciais, numa lógica aditiva (sem um “plano” prévio, digamos assim), às quais se sucederiam, mais tarde, no Calcolítico, grandes complexos murados (como os “henges” ingleses, por exemplo), onde a noção de limiar, limite, ou

fronteira parece estar mais presente. E daí a ideia, a uma escala maior, de um processo de territorialização. Fácil é então imaginar cada comunidade local (o local é, como o verde, um dos “topoi” tradicionais da imaginação romântica...) “representada” pela sua colina monumental, defensiva, sim, mas não num sentido militar, histórico e moderno, mas num sentido identitário, como emblema, local de reunião e de repartição/negociação de estatutos, núcleo do território comum, mesmo que situado eventualmente na sua periferia em termos geográficos.

Esta imagem esquemática das comunidades e da paisagem “calcolítica” do III/II milénios faz sentido? Não nos precipitemos.

Há evidentemente que ter em conta a quantidade e imensa variedade de dispositivos de divisão do espaço/tempo inventados ao longo da chamada Pré-história recente – do V ao II milénios a. C., genericamente, isto é, aquilo que dantes se considerava ser a sucessão Neolítico – Calcolítico – Idade do Bronze, uma periodização linear que sabemos não ter sentido, mas para a qual não temos ainda substituição – nomeadamente as inúmeras estruturas em negativo, por vezes envolvendo áreas enormes, com fossos, etc., e sobretudo a tendência para abranger “paisagens” (territórios) cada vez maiores neste movimento de transformação do espaço, incluindo elementos que hoje designamos naturais, como afloramentos, cursos de água, etc. Ou seja, basta pensar nos recintos delimitados por fossos detectados sobretudo no Sul da península (VALERA, 2012), ou num fenómeno mais geral europeu de inscrição no espaço de estruturas que, arqueologicamente, nos aparecem de forma repetitiva, numa atitude que parece quase obsessiva, de dividir espaço em subespaços, de embutir espaços – e aí temos de somar tudo o que não vemos, ou seja, o que se pode ter feito com árvores, com madeira, com aquilo a que chamaríamos hoje uma arquitetura do efémero, ou criando vazios como clareiras, queimadas, e ainda toda uma arqueologia da circulação, isto é, de caminhos e veredas que cruzariam os territórios e estariam em articulação com o movimento das pessoas e populações, bem diferente da imagem idílica de populações sedentárias pastoreando os seus rebanhos, etc., etc.

Castanheiro do Vento é uma colina inserta numa área de elevações que se “voltam” à ribeira da Teja (afluente do Douro) por leste, mas que tem, vista de mais acima (por exemplo, do alto da Senhora do Viso, ou na sua representação cartográfica) a estrutura de uma colina subcircular relativamente bem destacada daquelas elevações e sobranceira ao dito vale. Como em todos os casos equiparáveis, a área (menor ou menor) que pode ter sido abrangida pelas transformações humanas “calcolíticas” não influi na sua consideração (por nós hoje, obviamente) como colina inteiramente significativa no seu conjunto: mesmo as áreas eventualmente não abrangidas por aquelas transformações (difíceis senão

impossíveis de avaliar devido às ações posteriores ao Calcolítico, até hoje) estariam incluídas na ideia global que parece poder discernir-se, ou imaginar-se.

Essa ideia global é a de uma transformação de uma colina xistosa, na qual alguns afloramentos foram deixados sem tocar para terem um papel volumétrico na obra (outros, por seu turno, terão sido totalmente arrasados para conseguir superfícies planas/lisas), e em cujo topo, pelo menos numa certa fase, existiria um complexo mais ou menos concêntrico de sucessivos muros, com “bastiões” e portas/passagens, circunscrevendo espaços interiores povoados de outras estruturas. As passagens, estreitas, exigiriam provavelmente uma entrada de um grupo em fila, podendo estabelecer hierarquias de prioridade. No interior, a circulação poderia não permitir um grande aglomerado de pessoas, sugerindo constrangimento de movimentos e ritualização (mesmo que reduzido a aspectos mínimos) gestual.

O facto de um elemento estrutural, no topo norte (que convencionalmente designámos “torre”) poder ter sido alvo de complexas transformações, até ao seu total enchimento interno, e de ter permitido a ereção de paredes muito altas, anormalmente altas, de terra (hipótese que o seu poderoso sistema de contrafortagem externa só reforça) admite a conjectura de se ter tratado, sobretudo numa fase final da vida deste dispositivo que é o Castanheiro do Vento, de um sítio específico mais importante do que as áreas restantes do edifício global. Isto se por importância entendermos volume, maior visibilidade a distância, possibilidade de alguém (pequeno grupo) se alcandorar ao seu topo, e daí ser mais visível e/ou ter uma visão mais ampla sobre a paisagem (360 graus relativamente toda a região envolvente), eventualmente acima dos muros labirínticos do recinto, associando isso tudo a uma vantagem estatutária em relação a quem estivesse mais abaixo, limitado na sua visibilidade sobre o conjunto da colina e da paisagem em redor.

Obviamente o Castanheiro do Vento – como paradigma aqui escolhido deste tipo de sítios, a admitirmos que se pode falar de “um determinado tipo de sítios” - não era apenas um dispositivo (como afinal toda a arquitetura, e aqui de novo voltamos a assumir a visão moderna...) para (a)condicionar gestos, atitudes, conhecimentos, subjetividades, estatutos. As escavações revelaram uma enorme complexidade de marcadores espaciais, de imbricações estruturais, de elementos parciais (objetos fragmentados, por exemplo) incluídos por toda a parte do sítio, ou seja, toda uma sintaxe difícil de resumir e que parece apontar (comparando agora com um texto) para a ideia de “citação”, ou de “enxertia”, isto é, de pôr em conjunto elementos heterogéneos que poderiam/deveriam assim adquirir uma significação ou conjunto de significações novas em relação aos contextos “originais” de onde provinham. Vemos o Castanheiro do Vento, com tudo o que lá está, como o ponto de chegada de muitos

objetos que foram mobilizados, transportados, para estar ali, e para, incorporando-se em determinados espaços, adquirirem novas significações – um sistema, ou parte de um sistema, de transformações de sentido. Se esses objetos, ou fragmentos, podiam funcionar ao modo de metáforas de rearranjos sociais ou grupais, enquanto outros poderiam ser metonímias (partes valendo pelo todo) de certas realidades - eis o que não nos parece absurdo pensar.

A haver na região povoados testemunhando ocupação sedentária, mais ou menos prolongada, de certos locais, predominantemente a cotas inferiores às de colinas monumentais como Castanheiro do Vento ou Castelo Velho de Freixo de Numão – e temos indícios consistentes disso (CARDOSO, 2010) – quer-nos parecer que sítios excepcionais como estes não teriam nada o tom de réplicas desses locais mais “comuns”. A sua excepcionalidade seria muito mais complexa do que a da simples dimensão, ou localização. E não nos repugna a ideia de que elites trans-locais estivessem, a partir destes sítios, a moldar a paisagem “por sua conta”, isto é, a criar lugares especiais (centrais ou periféricos em relação aos territórios, se os houvesse) onde a emulação de cada comunidade seria mobilizada a fim de criar destaque, sentido de competição (mais que de luta) e, acima de tudo, uma “ordem” situada acima das chamadas necessidades, ou quotidianas preocupações de sobrevivência.

Essas necessidades, ou “quotidianas preocupações de sobrevivência”, talvez sejam mais características das sociedades históricas, atingindo o seu cúmulo naquela em que vivemos sob o capitalismo, desde o século XIX, e na qual o trabalho se autonomizou como uma mercadoria. O grande desafio que temos pela frente é de continuar a tentar compreender a gama de modos de criação e transformação do laço social, interrogando os sítios que não nos podem dar uma resposta unívoca. O seu silêncio esfíngico é mais rico do que os sítios que parecem facilmente decifráveis. É que provavelmente, ao modo hegeliano (negação da negação), o que é misterioso, insondável, para nós, contemporâneos, em sítios como o Castanheiro do Vento, seria também já num certo sentido insondável e misterioso para os que o foram erigindo.

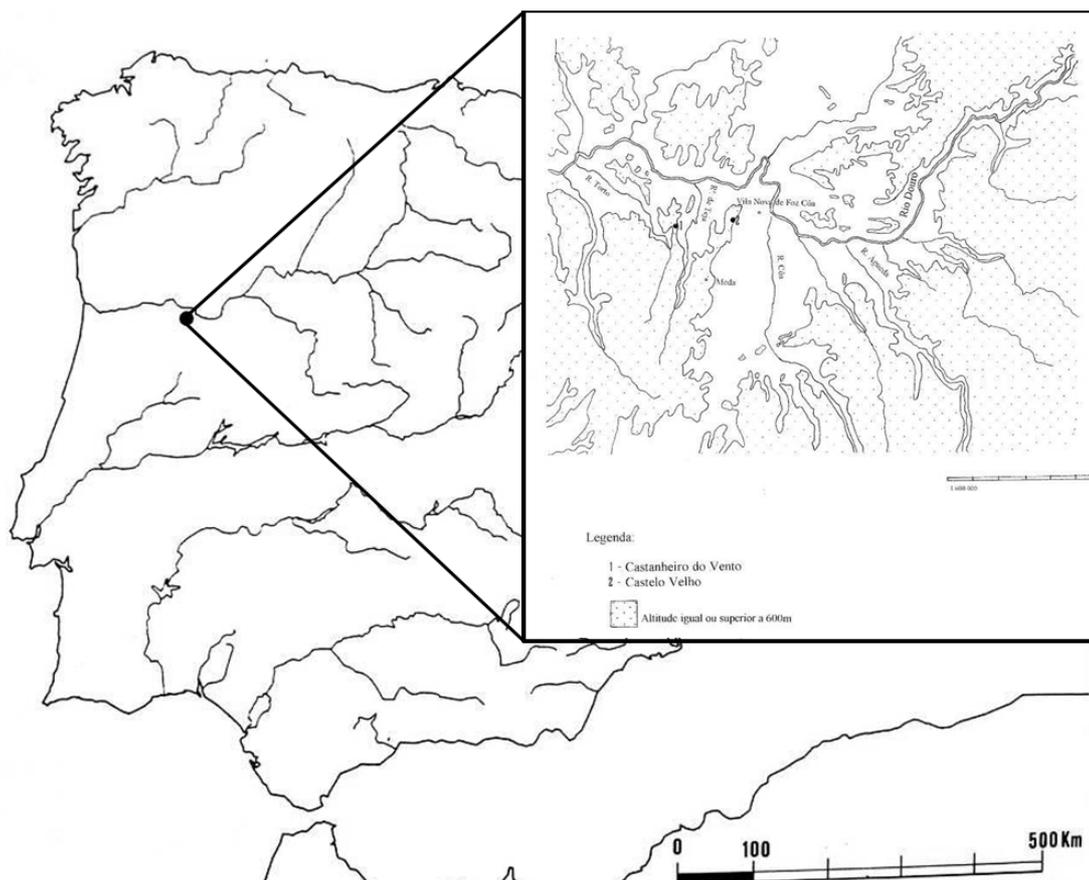


Figura 1. Localização de castanheiro do Vento e Castelo Velho de Freixo de Numão.

Os dois sítios arqueológicos localizam-se no concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda e distam entre si 11 km. Vários trabalhos de prospeção permitiram identificar sítios de morfologia genericamente semelhante apontando para períodos cronológicos concordantes, no entanto, apenas Castelo Velho de Freixo de Numão e Castanheiro do Vento foram alvo de trabalhos de escavação sistemáticos. Castelo Velho de Freixo de Numão (alvo de escavações de 1989 a 2003) encontra-se neste momento musealizado; entre 2001 e 2003 o sítio sofreu um programa de conservação e restauro, optando a responsável pela investigação, Susana Oliveira Jorge, por uma “intervenção minimalista” (JORGE, S., 2005:233) na área escavada. A poucos metros da área intervencionada, a uma cota mais elevada do que o monumento de Castelo Velho foi construído um centro interpretativo da autoria dos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Tavares. As escavações em Castanheiro do Vento iniciaram-se em 1998 pela mão de Vítor Oliveira Jorge, João Muralha Cardoso e António Sá Coixão; outros membros foram colaborando com o projeto: Susana Oliveira Jorge, Leonor Sousa Pereira, Gonçalo Leite Velho, Ana Vale, Bárbara Carvalho e Sérgio Gomes. As escavações

arqueológicas têm vindo a realizar-se anualmente, geralmente durante o mês de julho contando com a presença de inúmeros estudantes nacionais e estrangeiros.



Figura 2. Colina monumental de Castanheiro do Vento. (fotografia de João Muralha).

A colina de Castanheiro do Vento aparece-nos como monumental pois se destaca na paisagem envolvente; colina é visível de vários pontos no território assim como permite olhar para a paisagem, dominando o vale da ribeira da Teja. A colina adquire também um carácter monumental pela forma como foi trabalhada pelas comunidades do III milénio, pois as construções não se devem restringir apenas ao topo do morro mas parecem estender-se por toda a colina (existem indícios que nos permitem colocar a hipótese da existência de várias construções nas encostas da colina de Castanheiro do Vento, no entanto, a feitura de socalcos e o plantio de eucaliptos inscreveram uma outra história no morro).



Figura 3. Fotografia aérea do topo do morro de Castanheiro do Vento (Direção Regional de Cultura Norte, 2008).

As escavações arqueológicas incidiram sobretudo no topo da colina de Castanheiro do Vento. As várias campanhas arqueológicas permitiram a identificação de três muretes pétreos, concêntricos, intercetados por estruturas semicirculares, designadas por bastiões, e cortados por passagens. A terceira linha de murete desenha um recinto interior que se encontra preenchido por grandes estruturas circulares definidas na sua base por um alinhamento de lajes de xisto. Registou-se também uma grande estrutura circular designada por “torre” que terá, num momento inicial, incorporado a terceira linha pétreo e num último momento terá sido colmatada com lajes de xisto. A área escavada aparece-nos como um labirinto de percursos, hoje despidos de constrangimentos visuais sendo possível “contemplar” a paisagem envolvente. Provavelmente, os três muretes identificados pelos arqueólogos, criaram, no dito “passado”, espaços de imersão, onde o que se via estaria altamente condicionado.

Bibliografia

- CARDOSO, João Carlos Muralha (2010) - *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – Um Recinto Monumental do IIIº e IIº Milénio a. C.: Problemática do Sítio e das Suas Estruturas à Escala Regional*, Palma: Vessants, arqueologia i cultura.
- INGOLD, Tim (2011) - *Being Alive. Essays on Movement, Knowledge and Description*, London & New York: Routledge
- JORGE, Susana Oliveira (2005) - *O Passado É Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Porto: Afrontamento.
- JORGE, Vítor Oliveira (2003), - *A Irrequietude das Pedras. Reflexões e Experiências de um Arqueólogo*, Porto: Afrontamento (cap. 5, pp. 177-195).
- JORGE, Vítor Oliveira Jorge (2005) - *Vitrinas Muito Iluminadas. Interpelações de um Arqueólogo à Realidade que o Rodeia*, Porto: Campo das Letras (cap. 6, pp. 283-288).
- JORGE, Vítor Oliveira (2006) - *Fragmentos, Memórias, Incisões. Novos Contributos para Pensar a Arqueologia como um Domínio da Cultura*, Lisboa: Ed. Colibri/IELT (cap. 4, pp. 47-57).
- JORGE, Vítor Oliveira, Cardoso, João Muralha, Coixão, António Sá, Pereira, Leonor Sousa (2002) - Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age Sites in northern Portugal. In SCARRE, Chris - *Monuments and Landscape in Atlantic Europe. Perception and Society during the Neolithic and Early Bronze Age*. London, Routledge, p. 36-50.

- VALE, Ana Margarida Aparício do (2011) - *Modalidades de Produção de Espaços no Contexto de uma Colina Monumentalizada: o Sítio Pré-histórico de Castanheiro do Vento, em Vila Nova de Foz Côa*, Porto: Faculdade de Letras. Tese de doutoramento.
- VALERA, António Carlos (2012) - *Fossos sinuosos na Pré-História Recente do Sul de Portugal: ensaio de análise crítica*. «Actas do V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular», Município de Almodôvar, p. 25-38.
- VELHO, Gonçalo Cardoso Leite (2009) - *Castelo Velho, a Natureza e o Tempo: Questões Relativas à Re-construção de um Lugar*, Porto: Faculdade de Letras. Tese de doutoramento.
- ZIZEK, Slavoj (2013) - *Menos Que Nada. Hegel e a Sombra do Materialismo Dialético*, São Paulo: Boitempo editorial.